

CIDADES



ANTONIO VIANA
MARCOS SARAIVA

INTERIOR

Emprego e contratos garantidos No Ceará

Continua repercutindo positivamente no país inteiro e até no exterior, posição da Assembleia Legislativa e Governo do Estado do Ceará, concernente à prorrogação de contratos por 12 meses, levando-se em conta todo o empenho das autoridades, parlamentares e povo em geral no combate ao novo coronavírus. Destaque-se que a Assembleia Legislativa aprovou, recentemente, uma emenda constitucional (PEC), um decreto legislativo de calamidade pública, um projeto de resolução e outras matérias (mais de vinte) de autoria de parlamentares com atuação na Casa.



Saiba mais

A PEC em referência, de número 03/20, do Poder Executivo, previa a prorrogação de contratos ou atos de admissões, por mais doze (12) meses, para atender à necessidade temporária de pessoal da administração pública no Estado do Ceará. A matéria havia passado pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR). Importante registrar que no texto, o governador Camilo Santana (Foto) justifica que a proposta atende aos princípios da segurança e continuidade na prestação dos serviços públicos. Camilo considerou as dificuldades administrativas, financeiras e temporais para a realização de certames, assim como os riscos inerentes durante um período crítico à saúde pública. Ressalte-se que, a matéria do Governador Camilo Santana foi aprovada com emenda do deputado Elmano Freitas, assim como o Governador pertencente ao PT.

Facilidade

Com o objetivo de facilitar, cada vez mais, o acesso à informação, a Agência Reguladora do Estado do Ceará (Arce) disponibilizou desde a semana passada, uma nova versão de seu aplicativo para smartphone, o ConectArce. Além das opções disponíveis anteriormente, agora, os interessados poderão acessar as ferramentas da plataforma Central de Serviços. De acordo com o presidente da Arce, Hélio Winston Leitão, o aplicativo vem referendo agora está mais abrangente, pois, passa a regular os serviços de água, energia, gás e transporte público interurbano e intermunicipal.

Ambiental

Em tempos de isolamento por conta da pandemia, a Secretaria do Meio Ambiente do Ceará resolveu

Mais informações:
e-mail: antonioviana@oestado.com.br

marcosaraiva@oestado.com.br

inovar. Com as atividades de campo paralisadas, a Coordenação de Educação Ambiental do órgão está produzindo vídeos para educação ambiental em casa. Os vídeos podem ser encontrados no site www.sema.ce.gov.br, no Instagram @sema.ceara e Twitter @semaceara. Os interessados podem mandar conteúdos para os mencionados canais, afirmando o titular da Semace, Secretaria do Meio Ambiente, Artur Bruno. A propósito, ele concedeu entrevista aos nossos espaços jornalísticos (Rádio, Jornal, Rede Facebook e Sistema Antonio Viana Online-www.avol.com.br) e reconheceu a importância da iniciativa para que as pessoas possam mostrar com o meio ambiente, em casa.

E as chuvas?

Com frequência os meios de comunicação de Fortaleza, inclusive nós do Grupo Cidade, Jornal O Estado, Rede Facebook e Sistema Antonio Viana Online-www.avol.com.br temos conversado com a gerente de meteorologia da Fundem e, Meiry Sakamoto sobre chuvas e ela confirma que a tendência é que continuem chuvas pontuais.

A tendência

De acordo com Meiry Sakamoto "a tendência é de acumulados menos expressivos nos municípios cearenses e isso, se deve ao atual posicionamento da Zonavre Convergência Intertropical (ZCIT), que encontra-se localizada na Linha do Equador, demonstrando pouca influência nas precipitações para o estado. Contudo, a faixa litorânea pode apresentar registros devido à atuação de áreas de instabilidade relacionadas à brisa marítima". Estamos atentos.

O QUE HOUVE?

Hospital é desmontado e MPCE busca explicações

Órgão investigativo estadual requisitou que Secretaria da Saúde detalhe motivo de a unidade hospitalar provisória, erguida próxima ao Hias, ter sido descontinuada

FOTO LUCAS MOURA

O Ministério Público do Ceará (MPCE) enviou um ofício com requisição à Secretaria da Saúde do Estado (Sesa). A solicitação é referente ao hospital de campanha que estava sendo construído nas adjacências do Hospital Infantil Albert Sabin (Hias), no bairro Vila União, entretanto, a estrutura foi desmontada antes mesmo de entrar em funcionamento. Segundo o MPCE, o órgão recebeu denúncias, incluindo vídeos do desmonte e, por isso, instaurou procedimento na última segunda-feira (18). A queixa apontava para um possível investimento desnecessário usando recursos públicos.

Para dar prosseguimento, ou não, a uma possível investigação formal sobre a atuação da do Governo do Estado por meio da Sesa, a 137ª Promotoria de Justiça de Fortaleza, atuante na Defesa da Saúde Pública, requer uma série de informações, como o "projeto e estudo de viabilidade e adequabilidade da construção do referido hospital de campanha". Além disso, o Ministério Público também solicita cópia integral do processo administrativo instaurado; documento de anuência da autoridade sanitária do Estado; motivação da Sesa para a cons-



Hospital de campanha seria voltado ao público infanto-juvenil, porém, sem demanda para tal, acabou desativado antes mesmo de ser inaugurado

trução; data de início e de finalização da montagem; motivos pelos quais o hospital sequer chegou a funcionar; razão pela qual foi desmontado; bem como quais equipamentos foram adquiridos para funcionamento.

Para dar prosseguimento, ou não, a uma possível investigação formal sobre a atuação da do Governo do Estado por meio da Sesa, a 137ª Promotoria de Justiça de Fortaleza requer uma série de informações e solicita documentações para análise

Ademais, o ofício, assinado pela promotora de Justiça Ana Cláudia Uchoa de Albuquerque Carneiro, solicita a cópia do contrato firmado entre o Estado e a empresa que montou e desmontou a estrutura, conjuntamente com todos os dados burocráticos que permearam a escolha da companhia em questão, com esclarecimento dos critérios utilizados.

"Os contratos firmados até a presente data para via-

bilização da obra e funcionamento do equipamento; os valores desembolsados pelo Governo do Ceará com o referido hospital, incluindo a desmontagem da estrutura; além de informações sobre o uso que será dado à estrutura e aos equipamentos adquiridos para a unidade até o momento" também estão sendo requeridas pelo ofício. A Sesa tem prazo de 10 dias para enviar manifestação ao órgão investigador.

Outro lado

Em nota pública, a pasta estadual de saúde argumenta que "a montagem da estrutura provisória anexa ao Hospital Infantil Albert Sabin foi feita no final de abril, seguindo o mesmo modelo de estrutura de outros hospitais de campanha já em funcionamento, anexos ao Hospital São José, Hospital de Messejana, Hospital Geral de Fortaleza e Hospital César Cals". A declaração também justifica que o erguimento daquela unidade de saúde seguiu o prognóstico que a gestão estadual traçou no combate ao novo coronavírus. "O mesmo foi montado prevenindo um incremento sazonal no primeiro semestre no número de casos de

Influenza, associado aos casos de covid-19 no público infanto-juvenil", esclarece.

Outrossim, a Sesa afirmou que foi desenvolvida uma estratégia para amparar, com tratamento médico adequado, todos os enfermos. "O HIAS elaborou um plano de contingência que contemplava a reserva de 42 leitos de enfermaria, na própria unidade, para casos de Sars-CoV-2 em crianças. Houve também ampliação de leitos para síndrome gripal na Sociedade de Assistência e Proteção à Infância de Fortaleza (Sopai) pelo município, garantido mais 60 leitos pediátricos".

No entanto, as projeções que a administração estadual de saúde concebeu não se concretizaram, havendo, por consequência, a necessidade de adaptação do plano e descontinuação do local, interrompendo os gastos. "A evolução do número de casos pediátricos de covid-19 demonstrou não haver necessidade da estrutura temporária. Com isso, o Governo do Ceará optou por cancelar o contrato de locação da estrutura, instalada no HIAS por 15 dias, ao custo total de R\$ 38.500,00", diz a nota.

Atendimentos por trauma caem pela metade no IJF durante período de isolamento social

FOTO DIVULGAÇÃO/IBF

O Instituto Doutor José Frota (IJF) registrou uma queda de 50% no número de pacientes que chegaram à Emergência durante o mês de abril deste ano. O hospital de alta complexidade da Prefeitura de Fortaleza realizou, no mês passado, 3.244 novos atendimentos, o que representa metade dos 6.478 acolhimentos realizados no mesmo período do ano passado.

A diminuição do fluxo de vítimas de traumas durante os dias de isolamento social não representa, no entanto, redução nas atividades do IJF que está utilizando insumos, recursos humanos e espaço físico do Hospital para integrar a rede de assistência às vítimas da covid-19, o que vem sendo feito com a abertura de leitos de tratamento intensivo no IJF 2.

Desde o dia 23 de março, as áreas antes ocupadas por crianças, adultos e idosos lesionados, principalmente por quedas e ocorrências de trânsito, estão sendo readap-

tadas e equipadas, gradativamente, para o tratamento dos pacientes com complicações graves causadas pelo novo coronavírus.

Aproximadamente 300 transfêrências já foram realizadas das unidades básicas para o IJF 2, que, atualmente, possui 70 leitos de UTI e 60 leitos de enfermaria nas Alas Especiais Covid-19, contando com a atenção permanente de equipes multiprofissionais especializadas, atuando com criteriosos protocolos de segurança para a prevenção e controle de infecções no ambiente hospitalar, observando a proteção e segurança dos profissionais e usuários.

Em domicílio

Além das novas rotinas de cuidados para evitar a contaminação por covid-19, a direção do IJF vem reforçando a necessidade da atenção permanente das famílias para as medidas de prevenção, neste período de isolamento social, de acidentes domésticos,



Hospital realizou, no mês passado, 3.244 novos atendimentos, o que representa metade dos 6.478 acolhimentos realizados no mesmo período de 2019

principalmente com crianças e idosos, para se evitar a hospitalização por causas evitáveis, como quedas, queimaduras e intoxicações.

A prudência no trânsito também deve ser redobrada pelos condutores que devem estar atentos às exigências de uso do capacete por mo-

tociclistas, de uso do cinto de segurança entre os automobilistas e da proibição do consumo de bebidas alcoólicas por ambos. A regra é a mesma para os que estão perto de casa e vão "só à padaria" ou para os que, por qualquer outro subterfúgio, "esquecem" de cumprir a lei.